

# Plano de Actividades para 2006

Revisão em Abril

**INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS**





## PLANO DE ACTIVIDADES 2006

### Índice

<b>1.</b>	<b>NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>2</b>
1.1.	APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO .....	2
1.2.	MISSÃO DO IPTM .....	2
1.3.	ENVOLVENTE CONJUNTURAL .....	3
1.4.	IDENTIFICAÇÃO DE CLIENTES .....	6
<b>2.</b>	<b>OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS E ACTIVIDADES PREVISTAS .....</b>	<b>7</b>
2.1.	OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS .....	7
2.2.	ACTIVIDADES PREVISTAS .....	7
2.2.1.	<b>NO ÂMBITO DA ASSESSORIA AO GOVERNO .....</b>	<b>7</b>
2.2.1.1.	<i>Apoio ao Governo na preparação da política nacional para o sector marítimo e portuário e acompanhamento da sua implementação .....</i>	<i>8</i>
2.2.1.2.	<i>Introdução na ordem jurídica interna de normas comunitárias e extra-comunitárias aplicáveis ao sector .....</i>	<i>8</i>
2.2.1.3.	<i>Melhoria do planeamento e coordenação da participação técnica do sector em organismos internacionais e de âmbito nacional ou regional .....</i>	<i>9</i>
2.2.2.	<b>NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA .....</b>	<b>9</b>
2.2.2.1.	<i>Melhoria das condições de segurança marítima e portuária .....</i>	<i>9</i>
2.2.2.2.	<i>Promoção da capacidade competitiva da marinha de comércio .....</i>	<i>10</i>
2.2.3.	<b>NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA .....</b>	<b>11</b>
2.2.3.1.	<i>Coordenação do sistema portuário nacional .....</i>	<i>11</i>
2.2.3.2.	<i>Melhoria da performance da gestão comercial e dominial dos portos marítimos e fluviais integrados no IPTM .....</i>	<i>12</i>
2.2.3.3.	<i>Promoção do desenvolvimento das vias navegáveis fluviais .....</i>	<i>13</i>
2.2.4.	<b>NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>13</b>
2.2.4.1.	<i>Actividades no âmbito do SIMPLEX (Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa) .....</i>	<i>13</i>
2.2.4.2.	<i>Outras actividades .....</i>	<i>15</i>
<b>3.</b>	<b>RECURSOS A UTILIZAR .....</b>	<b>16</b>
3.1.	RECURSOS HUMANOS .....	16
3.2.	RECURSOS FINANCEIROS .....	16
3.2.1.	ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO .....	16
3.2.2.	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO .....	18

#### ANEXO: ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)



## PLANO DE ACTIVIDADES 2006

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

#### 1.1. Apresentação do documento

O presente documento reflecte as propostas de acção para concretização dos objectivos prioritários do IPTM preconizados para o ano de 2006, tendo suporte nas orientações estratégicas do Governo emanadas para o sector portuário e dos transportes marítimos, consubstanciadas no Programa do Governo – *Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável* e nas Grandes Opções do Plano – 3ª Opção: *Melhorar a Qualidade de Vida e Reforçar a Coesão Territorial num Quadro Sustentável de Desenvolvimento*.

Trata-se duma proposta que ajusta a anterior, preparada aquando da apresentação do orçamento do IPTM, em Julho de 2005, a qual veio a ser integrada no Orçamento do Estado para 2006. As linhas estratégicas aqui apontadas podem vir a ser objecto de alteração, em consequência das eventuais incidências que advierem do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

A elaboração das propostas de acção foi naturalmente enquadrada no contexto de rigor exigido à gestão de serviços públicos, tendo sempre presente a necessidade de uma utilização parcimoniosa dos recursos, dando-se particular atenção à melhoria da eficiência e eficácia dos procedimentos, por um lado, e à sua maior transparência, por outro.

#### 1.2. Missão do IPTM

O IPTM tem por objecto a supervisão, regulamentação e inspecção do sector marítimo e portuário e a promoção da navegabilidade do Douro, bem como a administração dos portos sob a sua jurisdição, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício de competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

No quadro seguinte sintetizam-se as principais atribuições e competências deste Instituto e respectivos serviços prestados:

<b>Atribuições / Competências</b>	<b>Principais Serviços Prestados</b>
I. Representação técnica, regulamentação e gestão de apoios ao sector marítimo e portuário	1. Elaboração de diplomas legais e regulamentadores do sector marítimo e portuário, e acompanhamento da sua aplicação 2. Representação do Estado Português em organismos internacionais relativos ao sector portuário e dos transportes marítimos 3. Gestão de apoios ao sector marítimo e portuário



<b>Atribuições / Competências</b>	<b>Principais Serviços Prestados</b>
II. Controlo das condições de segurança marítima e portuária	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Aprovação dos projectos de construção de embarcações, inspecção, vistoria e certificação de navios</li><li>2. Exercício das funções de autoridade competente nacional em matérias de segurança do transporte marítimo e instalações portuárias</li><li>3. Certificação e licenciamento de operadores marítimos, do pessoal do mar e navegadores de recreio</li></ol>
III. Promoção de infra-estruturas de transporte marítimo e fluvial	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Estudo e projecto</li><li>2. Construção e apetrechamento</li><li>3. Conservação e manutenção</li></ol>
IV. Administração portuária e fluvial	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Coordenação do planeamento e desenvolvimento estratégico do sector portuário e fluvial</li><li>2. Gestão e administração de portos e vias navegáveis fluviais</li><li>3. Gestão do domínio público não afecto à actividade de transporte marítimo e fluvial</li></ol>

### 1.3. Envolvente Conjuntural

A aposta governamental no domínio do Mar como uma fonte de riqueza, oportunidade e de desenvolvimento sustentável, perspectiva uma visão integrada e multidisciplinar do potencial estratégico representado pela condição marítima e oceânica de Portugal, implicando um elevado sentido de cooperação e coordenação entre os vários departamentos governamentais relativamente à actuação nos domínios do Mar, designadamente nas áreas da autoridade marítima, dos transportes marítimos e portos, do ensino náutico, da pesca e do recreio náutico.

A instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima em Portugal, de inquestionável importância estratégica para Portugal, gera responsabilidades acrescidas às diversas instituições do Estado que actuam no sector marítimo e portuário, com especial destaque para o desenvolvimento duma política legislativa, executiva e administrativa orientada para o reforço e valorização da segurança marítima e portuária.

Neste enquadramento, é imperativo conceder uma atenção redobrada às questões da segurança, na dupla vertente “safety” e “security”. Na vertente “safety” destaca-se a instalação do sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) do Continente, implementação de um conjunto de instrumentos normativos Comunitários e da Organização Marítima Internacional (OMI) e aplicação do Regulamento Comunitário relativo à operação dos navios tanques de casco simples. Relativamente à vertente “security” destaca-se a consolidação e coordenação do desenvolvimento e aprofundamento, em território nacional, das medidas de protecção decorrentes do Código Internacional para a Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS).



Os mecanismos de controlo de segurança dos navios previstos no Memorandum of Understanding (MOU) de Paris (Port State Control) são aplicados em Portugal pelos serviços de segurança marítima do IPTM. Assumindo o cumprimento da responsabilidade interna relativa à inspecção dos navios de bandeira estrangeira que escalam os portos nacionais, visa-se a prevenção de acidentes, afastando das águas europeias os navios sub-standard, e a defesa da concorrência leal entre os transportadores marítimos.

A nível nacional compete ao Estado Português, através do IPTM, assegurar que as embarcações que se destinem a arvorar a bandeira portuguesa cumpram com as normas técnicas nacionais, comunitárias e internacionais em matéria de segurança e prevenção da poluição.

Por sua vez, as empresas de navegação de base nacional continuam a assegurar uma actividade relevante, sobretudo nas ligações com as regiões insulares, pelo que importa definir propostas exequíveis e eficazes de enquadramento e apoio.

Ao nível da União Europeia (U.E.), os desenvolvimentos da política comum de transportes apontam para o peso cada vez maior que o transporte marítimo em geral e o Transporte Marítimo de Curta Distancia (TMCD) em particular devem ter, reforçando as políticas europeias para uma Europa mais limpa, segura e com sistemas logísticos e de transportes mais eficazes.

Tais desenvolvimentos efectivam-se, nomeadamente, em projectos de interesse comum no âmbito da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) relativos às auto-estradas marítimas, com especial destaque, no caso português, para a Auto-estrada Marítima da Europa Ocidental, bem como na instituição dum sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo que inclui o projecto comunitário Safe Sea Net.

Ao nível da actividade portuária, os pequenos portos do Continente vão enfrentar nos próximos anos vários desafios, de que se destacam: a melhoria da sua competitividade, a simplificação e maior eficácia dos processos administrativos e de informação, a racionalização do processo de investimento, a reforma dos mercados portuários e a reforma laboral.

A estes desafios será necessário responder com grande rigor e qualidade, tendo em conta as exigências (legais, económicas e técnicas) na promoção de investimentos de desenvolvimento de que os portos e as vias navegáveis sob jurisdição do IPTM ainda carecem, sobretudo no domínio das acessibilidades marítimas e terrestres e da sua plena integração nos sistemas logísticos globais, ao serviço dos passageiros e das mercadorias. Neste contexto, é de realçar a promoção e incentivo da navegação nas vias navegáveis do Douro, Arade e Guadiana, reforçando a articulação com as entidades representativas dos valores económicos, turísticos, de ordenamento e ambientais.



Por outro lado, uma nova dimensão emerge gradualmente e que se relaciona com o funcionamento dos mercados portuários e o prosseguimento da política de concessão das actividades comerciais nos portos a agentes privados, cuja concretização será certamente um objectivo determinante.

Releva-se, também, a orientação estratégica governamental no sentido do aperfeiçoamento da coordenação entre as entidades com competências de gestão e intervenção no litoral, permitindo uma abordagem interdisciplinar do ordenamento e das diferentes actividades específicas desse espaço, e impondo a necessidade de consolidação dum quadro de gestão integrada das zonas costeiras que deve prosseguir articuladamente entre os espaços litorais, o mar territorial e os demais espaços marítimos nacionais.

Indo de encontro às exigências desta realidade multifacetada e em mudança acelerada, o IPTM está a desenvolver um processo de modernização, com base numa lógica de racionalidade na afectação e gestão de recursos, colocando ênfase na qualidade do serviço prestado e no relacionamento com os clientes/utentes.

Igualmente, com enquadramento no processo de reforma da Administração Pública, encontram-se em implementação ao nível interno as medidas tendentes à adaptação do IPTM à nova Lei Quadro dos Institutos Públicos, com destaque para a gestão por objectivos a cada nível hierárquico, bem como estão a ser introduzidas as regras inerentes ao Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP).



#### 1.4. Identificação de Clientes

Para além da prestação de assessoria ao Governo no âmbito do sector marítimo e portuário, o IPTM apresenta um leque muito amplo de clientes/utentes, que vai desde variados agentes económicos aos cidadãos com interesses ou actividades na área marítima e portuária, conforme ilustrado na figura seguinte.

<ul style="list-style-type: none"><li>• Armadores / operadores de transporte marítimo</li><li>• Armadores de embarcações de pesca</li><li>• Proprietários de embarcações de recreio</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Agentes de navegação</li><li>• Pilotos da barra</li><li>• Operadores de reboques</li><li>• Empresas de amarração</li><li>• Empresas de estiva</li><li>• Empresas de trabalho portuário</li><li>• Empresas Concessionárias de terminais e serviços portuários</li><li>• Docapesca</li><li>• Operadores de transporte terrestre</li><li>• Operadores de actividades marítimo-turísticas</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Empresas de construção /reparação naval</li><li>• Sociedades de classificação de navios</li><li>• Fornecedores de equipamentos</li><li>• Outros prestadores de serviços às embarcações</li><li>• Pessoal do mar (oficiais, mestrança e pescadores)</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Concessionários de marinas e de portos fluviais</li><li>• Clubes náuticos</li><li>• Navegadores de recreio</li><li>• Escolas de formação náutica</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Associações profissionais e empresariais</li><li>• Escolas de formação de marítimos</li><li>• Bolseiros</li><li>• Organizações sindicais</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Carregadores / consignatários das mercadorias</li><li>• Passageiros</li></ul>	



## 2. OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS E ACTIVIDADES PREVISTAS

### 2.1. Objectivos Prioritários

Considerando a missão e as atribuições do IPTM, foram submetidos à consideração da tutela sectorial, no início deste ano, os seguintes objectivos prioritários (em relação aos quais foram estabelecidos indicadores e metas de aferição):

Objectivo 1	Melhorar a relação de cumprimento dos processos de transposição de instrumentos regulatórios internacionais e de representação técnica do sector em organismos internacionais
Objectivo 2	Melhorar os instrumentos de trabalho e os procedimentos relativos à segurança marítima e portuária
Objectivo 3	Melhorar os processos de execução de empreitadas, aquisição de bens e serviços e de gestão comercial e dominial dos portos marítimos e fluviais sob jurisdição do IPTM
Objectivo 4	Promover a qualidade e a aproximação aos clientes e utentes, assegurando transparência, simplificando procedimentos e utilizando ampla e racionalmente as tecnologias de informação
Objectivo 5	Melhorar o processo de gestão interna dos serviços e os indicadores económicos, financeiros e patrimoniais

### 2.2. Actividades Previstas

Tendo em vista a prossecução dos objectivos prioritários, serão desenvolvidas as actividades a seguir identificadas, organizadas pelas diversas áreas de intervenção deste Instituto.

#### 2.2.1. No Âmbito da Assessoria ao Governo

Actividades directamente orientadas para a efectivação do *Objectivo 1 - Melhorar a relação de cumprimento dos processos de transposição de instrumentos regulatórios internacionais e de representação técnica do sector em organismos internacionais.*



### **2.2.1.1. Apoio ao Governo na preparação da política nacional para o sector marítimo e portuário e acompanhamento da sua implementação**

- Assessoria aos órgãos da tutela sectorial na preparação de políticas públicas e acompanhamento da actividade do sector marítimo e portuário;
- Elaboração de propostas de diplomas legais e regulamentadores, destacando-se a regulamentação para operação integrada entre o Sub-Sistema VTS Costeiro e os Sub-Sistemas VTS Portuários (áreas VTS, pessoal, procedimentos, etc.), tendo em consideração a legislação internacional e nacional bem com as Resoluções OMI aprovadas, no âmbito das funções de Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo; a revisão do regime de acesso à actividade de armador; e a revisão do código penal e disciplinar da Marinha de Comércio e do regime jurídico do contrato individual de trabalho do pessoal da Marinha de Comércio;
- Emissão de pareceres e elaboração de relatórios sobre a actividade sectorial, com destaque para aplicação da regulamentação e restante normativo nacional e comunitário no domínio dos portos e transportes marítimos;
- Promoção e execução de estudos tendo em vista a definição do quadro de regulação do sector portuário e dos transportes marítimos em Portugal.

### **2.2.1.2. Introdução na ordem jurídica interna de normas comunitárias e extra-comunitárias aplicáveis ao sector**

- Legislação comunitária: Diplomas reguladores necessários para dar cumprimento à Directiva 2002/59/CE, relativa à instituição dum sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei nº 180/2004, de 27 de Julho, aos Regulamentos Comunitários e Directivas no âmbito da segurança marítima, “security” e prevenção da poluição;
- Regulamentação internacional: Introdução em direito interno de Convenções Internacionais da OMI e respectiva regulamentação, em especial no que se refere ao reforço das medidas de segurança de navios, navegação e instalações portuárias, e da prevenção e combate à poluição;



### **2.2.1.3. Melhoria do planeamento e coordenação da participação técnica do sector em organismos internacionais e de âmbito nacional ou regional**

- Participação em reuniões, “workshops”, conferências, seminários e demais eventos promovidos pelas organizações internacionais do sector, em representação do Estado Português, e em fóruns de âmbito nacional ou regional com interface na actividade sectorial;
- Preparação atempada da documentação técnica, pareceres, relatórios e outros elementos para apresentação nesses eventos e reporte dos resultados dos mesmos aos órgãos da tutela sectorial;
- Promoção e preparação de acordos, protocolos e convenções internacionais e aprofundamento das relações entre administrações marítimas, incidindo principalmente sobre matérias de segurança marítima e aumento da quota de mercado do transporte marítimo com outras nações, em especial com os Países de Língua Oficial Portuguesa.

### **2.2.2. No Âmbito da Administração Marítima**

Actividades directamente orientadas para a efectivação do *Objectivo 2 - Melhorar os instrumentos de trabalho e os procedimentos relativos à segurança marítima e portuária.*

#### **2.2.2.1. Melhoria das condições de segurança marítima e portuária**

- Cumprimento das obrigações nacionais e internacionais relativas à inspecção e certificação de navios, no âmbito dos instrumentos Comunitários, da OMI e da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Inspeção de pelo menos 25% de embarcações estrangeiras em portos nacionais, no âmbito do MOU de Paris (Port State Control);
- Acompanhamento do desempenho dos navios nacionais (Registo Convencional e RINMAR) relativamente às inspecções dos principais regimes de Port State Control, incluindo a investigação de detenções;
- Criação e incentivo a mecanismos para a aplicação a curto prazo do Código da OMI “Flag State Code”;
- Coordenação da aplicação, no território nacional, das medidas de segurança decorrentes do Código ISPS e do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao reforço da segurança dos navios e das instalações portuárias;



- Verificação e monitorização do trabalho executado pelas Organizações Reconhecidas em nome do Estado Português;
- Continuação da instalação do sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) no Continente;
- Operacionalização da componente nacional do sistema comunitário de informação de tráfego marítimo, consubstanciado no projecto Safe Sea Net;
- Elaboração dos planos para acolhimento de navios em dificuldade em águas sob jurisdição nacional;
- Implementação das medidas necessárias ao tratamento estatístico e à investigação dos acidentes marítimos que ocorram nos navios ou por eles provocados, no que respeita aos aspectos de segurança marítima, sem prejuízo da competência legal de outras entidades;
- Aprofundamento da cooperação com as Autoridades Portuárias, a Autoridade Marítima e outras autoridades no sistema;
- Fiscalização do cumprimento das normas internacionais a que Portugal se obriga, no que se refere ao ensino náutico e às condições legais e técnicas da actividade do pessoal do mar, nomeadamente no respeitante à inscrição marítima, carreiras e certificações, bem como às condições de segurança, higiene e bem-estar a bordo;
- Reforço da aplicação das regras relativas à segurança da náutica de recreio, nas áreas legislativa, normativa e de fiscalização das diferentes componentes previstas no Regulamento da Náutica de Recreio.

#### ***2.2.2.2. Promoção da capacidade competitiva da marinha de comércio***

- Reforço da qualidade no âmbito das acções de registo de navios em bandeira portuguesa, de registo convencional e de registo MAR;
- Implementação de medidas de apoio e de ajudas ao sector da marinha de comércio, e acompanhamento, fiscalização e controlo dos respectivos programas e projectos, nos termos da legislação aplicável, incluindo, nomeadamente, o apoio a acções de formação profissional, no sector marítimo e portuário;
- Reformulação do quadro legislativo para o exercício das actividades de transporte marítimo e de acesso ao mercado, nomeadamente na cabotagem insular.



### **2.2.3. No Âmbito da Administração Portuária**

Actividades directamente orientadas para a efectivação do *Objectivo 2 - Melhorar os instrumentos de trabalho e os procedimentos relativos à segurança marítima e portuária e Objectivo 3 - Melhorar os processos de execução de empreitadas, aquisição de bens e serviços e de gestão comercial e dominial dos portos marítimos e fluviais sob jurisdição do IPTM.*

#### **2.2.3.1. Coordenação do sistema portuário nacional**

- Coordenação do planeamento e do desenvolvimento estratégico do sistema marítimo e portuário, incluindo estudos de planeamento, análise de planos de investimento portuário e representação do sector nas unidades de gestão e acompanhamento dos Programas Operacionais de Acessibilidades e Transportes (POAT) e para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca (MARE);
- Contribuição para o desenvolvimento da Auto-estrada Marítima do Atlântico Ocidental, nomeadamente através da implementação em cooperação com a APP - Associação dos Portos de Portugal do projecto “PORTMOS” (Integração dos Portos e Sistema Marítimo Português nas Auto-estradas do Mar). Visa-se, designadamente, potenciar uma intermodalidade efectiva, em que o transporte marítimo desempenhe um papel preponderante, por forma a corresponder às preocupações ambientais e potenciar os recursos naturais e geo-estratégicos do país, abrangendo, nomeadamente, a redução dos “transit times”, incluindo os tempos de estadia em porto, e dos custos de operação portuária e de manutenção das infra-estruturas, maiores índices de produtividade e a diminuição de acidentes pessoais, com navios e cargas;
- Participação na definição dos princípios gerais de articulação dos planos de ordenamento portuário com outros instrumentos de ordenamento do território, sendo de realçar a participação activa no sistema de pontos focais do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Estudo e proposta de normas e critérios técnicos e económicos em matéria de segurança, tarifas, obras, aquisições, exploração de serviços portuários, concessões e licenças nas áreas de jurisdição dos portos e de relações económicas e comerciais com os utentes;
- Criação do quadro legal relativo à concessão, concepção, construção e exploração de infra-estruturas portuárias de pesca;



- Licenciamento das empresas de trabalho portuário e fiscalização do preenchimento e manutenção dos requisitos do licenciamento;
- Promoção de acções decorrentes do estabelecimento das regras técnicas a que devem obedecer as operações de dragagem e de imersão de materiais no mar, no âmbito das competências de Autoridade Nacional para a Imersão de Resíduos no Mar (ANIRM), sem prejuízo das competências das Administrações Portuárias;
- Elaboração e manutenção do cadastro actualizado das infra-estruturas portuárias nacionais, em articulação com as autoridades portuárias não integradas, sendo de salientar a instalação dum Sistema de Informação Geográfico (SIG).

#### **2.2.3.2. Melhoria da performance da gestão comercial e dominial dos portos marítimos e fluviais integrados no IPTM**

- Harmonização e simplificação de procedimentos, operacionalização do conceito de “Balcão Único” e informatização da gestão portuária, com enquadramento no projecto “PIPE–Procedimentos de Informação Portuária Electrónica” a implementar em cooperação com a APP;
- Prossecução da política de envolvimento do sector empresarial privado na operação e gestão portuária, através do alargamento das concessões de serviço público das actividades portuárias e incentivo ao investimento privado;
- Melhoria das condições de operacionalidade, ambientais e de segurança das estruturas portuárias sob jurisdição do IPTM nos domínios comercial (carga e passageiros), pesca e recreio náutico, abrangendo a concepção de planos e projectos de infra-estruturas portuárias, a análise e programação de planos de investimento público e privado nas áreas de interesse portuário, e a execução de trabalhos de construção e manutenção das infra-estruturas e o fornecimento de equipamentos;
- Melhoria da performance da gestão dominial dos portos sob jurisdição do IPTM, rentabilizando os espaços públicos, envolvendo, nomeadamente, concessões a entidades privadas e outras formas de exploração;
- Exercício das competências atribuídas às autoridades portuárias pelo Decreto-Lei nº 46/2002, de 2 de Março (*Harbour Master*).



### **2.2.3.3. Promoção do desenvolvimento das vias navegáveis fluviais**

- Promoção e incentivo da navegação nas vias navegáveis do Douro, Arade e Guadiana, reforçando a articulação com as entidades representativas dos valores económicos, turísticos, de ordenamento e ambientais;
- Melhoria das condições operacionais e de segurança da navegação no Douro e reforço da respectiva fiscalização;
- Desenvolvimento e conservação de infra-estruturas e equipamentos destinados a assegurar a circulação nas referidas vias navegáveis nas melhores condições de exploração, segurança e ambientais, destacando-se as obras de melhoria da acessibilidade e das condições de segurança na barra do Douro e o aumento da oferta de infra-estruturas de recreio náutico;
- Desenvolvimento de acções legislativas, administrativas e operacionais, com vista ao melhoramento das condições de navegabilidade, segurança e desenvolvimento de actividades económicas nos rios Arade e Guadiana.

### **2.2.4. No Âmbito da Organização dos Serviços**

Actividades directamente orientadas para a efectivação do *Objectivo 4 - Promover a qualidade e a aproximação aos clientes e utentes, assegurando transparência, simplificando procedimentos e utilizando ampla e racionalmente as tecnologias de informação* e *Objectivo 5 - Melhorar o processo de gestão interna dos serviços e os indicadores económicos, financeiros e patrimoniais*, sendo de destacar:

#### **2.2.4.1. Actividades no âmbito do SIMPLEX (Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa)**

Desenvolvimento de medidas de desburocratização e simplificação administrativa, tais como:

- Implementação de um sistema via Internet, on-line, que permite às Entidades Formadoras da Náutica de Recreio (EFNR) e ao IPTM proceder ao tratamento electrónico dos processos de credenciação e da marcação de exames e de emissão de cartas de navegadores de recreio, de onde resultará certamente a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços prestados, associada à simplificação do processo burocrático e à consequente redução significativa do tempo médio de emissão das cartas de navegador de recreio;



- Participação activa, em cooperação com a APP, nos projectos “PORTMOS” e “PIPE” anteriormente referenciados, na criação do conceito de “Janela Única Portuária”, centralizando numa plataforma tecnológica a informação, documentação e processos relativos às várias entidades que trabalham nos portos. Este “Balcão Único Virtual” permitirá aos vários agentes económicos e entidades públicas, a ligação a um único sistema que faculte toda a informação necessária, possibilitando a desmaterialização dos procedimentos administrativos e criando condições para a interoperabilidade dos sistemas de informação das várias autoridades do Estado, facilitando a instrução e tomada de decisões administrativas por via electrónica;
- Adequação de procedimentos de vistoria e emissão de certificados de navegabilidade aos previstos nas Convenções Internacionais (Decreto-Lei nº 15 452, de 9 de Abril de 1928). Visa-se garantir maior clareza e flexibilidade no regime de vistorias e a harmonização com outros tipos de certificados de segurança;
- Alteração dos procedimentos relativos ao licenciamento radioeléctrico dos navios (Decreto-Lei nº 190/98, de 10 de Julho de 1998) no sentido de retirar o carácter de certificado de segurança actualmente atribuído à Licença de Estação. Visa-se evitar a duplicação de vistorias em alguns navios, diminuição da carga burocrática e libertação de recursos humanos;
- Alteração legislativa no sentido de retirar o carácter de certificado à tabela de desvios da agulha magnética em conformidade com o espírito constante nas Convenções Internacionais (Decreto-Lei nº 51/97, de 1 de Março de 1997). Visa-se eliminar a imposição de realização periódica de compensações de agulhas magnéticas nos navios quando não há justificação técnica para tal, por um lado, e criar condições para que o IPTM possa credenciar oficiais náuticos para compensar as agulhas e elaborar tabelas de desvios, por outro;
- Alteração legislativa relativa à revogação da emissão de passaporte de navio (Decreto-Lei nº 296/78, de 27 de Setembro de 1978), uma vez que não há registo de documento semelhante em outras administrações marítimas;
- Actualização dos requisitos e alteração do regime de vistorias (Decreto-Lei nº 16 978, de 15 de Março de 1928 e Portaria nº 450/77, de 21 de Julho de 1977) relativos à fiscalização das condições de segurança do aparelho de carga/descarga de navios, fazendo coincidir as vistorias destes equipamentos com as restantes vistorias, diminuindo o número de visitas necessárias ao navio.



#### **2.2.4.2. Outras actividades**

- Consolidação de uma lógica de gestão por objectivos – A partir dos objectivos prioritários, aperfeiçoamento do processo de definição, em cascata, dos objectivos das unidades orgânicas e dos colaboradores, assim como dos correspondentes indicadores de avaliação de desempenho;
- Implementação de novas funcionalidades nas aplicações de gestão financeira e patrimonial e dos recursos humanos, visando melhorar a eficiência e eficácia do sistema de controlo de gestão;
- Implementação de novas funcionalidades do Sistema de Informação Integrada do IPTM (SII), visando a prestação de serviços on-line e interligação com outras aplicações (Gestão Documental);
- Alargamento da certificação de qualidade (Norma ISO 9001:2000) a serviços ainda não abrangidos;
- Desenvolvimento do processo de redefinição das áreas de jurisdição do IPTM, tendo em vista a publicação de Portaria, devendo ser elaboradas cartas à escala adequada e integrada a informação no SIG;
- Desenvolvimento da política de recursos humanos e formação profissional, envolvendo a elaboração do Regulamento de Pessoal e concretização de um Plano de Formação Profissional orientado para a actualização dos conhecimentos dos técnicos envolvidos nas várias áreas de actuação do IPTM, com destaque para a inspecção de navios e segurança marítima, bem como para a optimização da exploração das aplicações instaladas;
- Divulgação de documentação de interesse para o sector marítimo e portuário, através da publicação de compilações de textos legislativos, do editorial “Boletim Informativo do IPTM”, da disponibilização de informação no *site Internet* do IPTM, da preparação de folhetos informativos e da divulgação regular de textos em debate nos *fóruns* internacionais, designadamente na U.E..

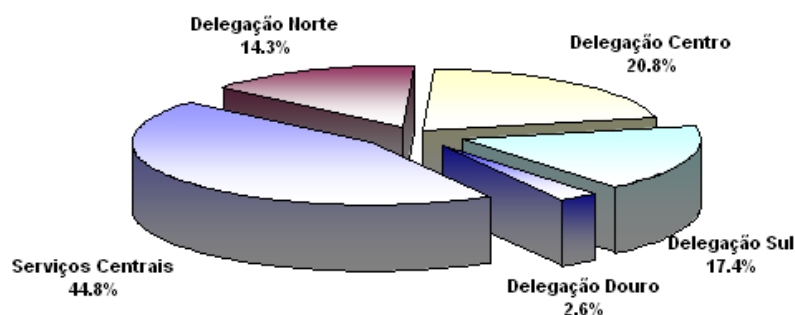


### 3. RECURSOS A UTILIZAR

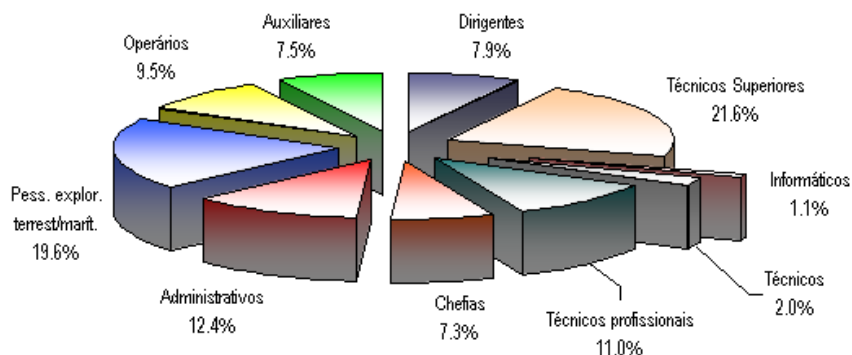
#### 3.1. Recursos Humanos

Para o ano de 2006, admite-se um quadro de recursos humanos ao dispor do IPTM num total de 453 elementos, distribuídos pelos Serviços e grupos profissionais, de acordo com os gráficos seguintes.

Distribuição dos Efectivos por Serviços do IPTM



Distribuição por Grupo Profissional IPTM



#### 3.2. Recursos Financeiros

O orçamento global ascende a 128.330.192 euros, correspondendo a 29.139.619 euros de orçamento de funcionamento e a 99.190.573 euros de orçamento de investimento, este último integrado no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Pública (PIDDAC).

##### 3.2.1. Orçamento de Funcionamento

Apresenta-se no quadro seguinte a decomposição do orçamento de funcionamento por grandes grupos de rubricas ao nível da receita e da despesa.



Unidade: Euros

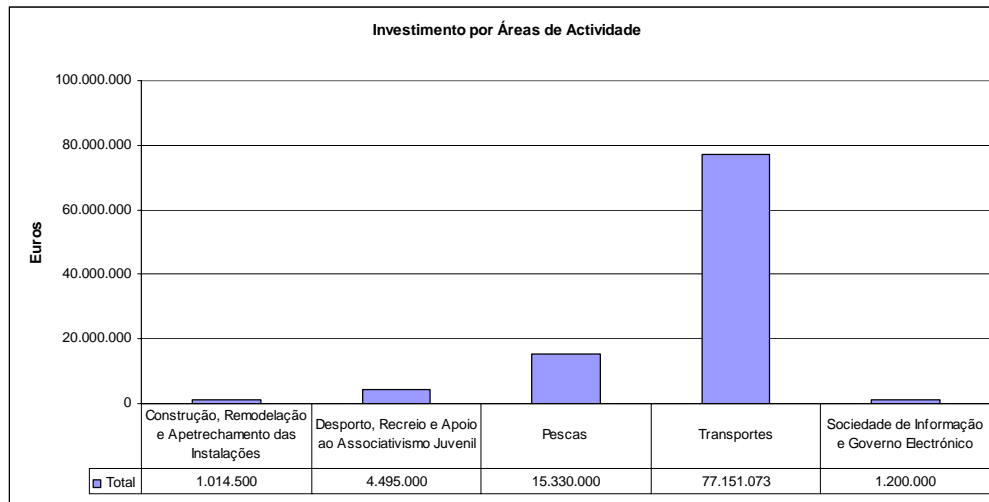
C. E.	RUBRICAS	2005	2006	Varição 2005/2006
<b>RECEITA</b>				
020000	Impostos Indirectos	8.350	2.500	- 70%
040000	Taxas, multas e outras penalidades	14.726.149	15.202.219	+ 3%
050000	Rendimentos da propriedade	2.617.562	2.931.601	+ 12%
060000	Transferências	2.445.300	2.842.651	+ 16%
070000	Venda de bens e serviços correntes	7.552.014	7.729.965	+ 2%
080000	Outras Receitas de Correntes	1.384.984	424.000	- 69%
090000	Venda de bens de Investimento	5.500	5.000	- 9%
100000	Transferências de Capital	250	0	- 100%
150000	Reposições não abatidas nos pagamentos	998	1.683	+ 69%
160000	Saldo da Gerência Anterior			
<b>TOTAL</b>		<b>28.741.107</b>	<b>29.139.619</b>	<b>+ 1%</b>
<b>DESPESA</b>				
010000	Despesas com pessoal	18.982.060	19.793.287	+ 4%
020000	Aquisição de bens e serviços correntes	7.227.341	7.307.174	+ 1%
030000	Juros e outros encargos	17.800	16.200	- 9%
040000	Transferências correntes	739.829	538.804	- 27%
060000	Outras despesas correntes	425.808	464.911	+ 9%
070000	Aquisição de bens de capital	1.348.269	1.019.243	- 24%
080000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
<b>TOTAL</b>		<b>28.313.271</b>	<b>29.139.619</b>	<b>+ 1%</b>

Salienta-se, todavia, que, à semelhança de anos anteriores, a actividade operacional do Instituto não gera receitas suficientes para cobrir as suas despesas, sendo este défice coberto com transferências do Orçamento do Estado de 2.783.751 euros e das Administrações Portuárias de 4.777.051 euros, o que perfaz a quantia total de 7.560.802 euros (cerca de 26% das despesas). Prevê-se, assim, que o IPTM gere receitas correspondentes a 75% das suas despesas de funcionamento.



### 3.2.2. Orçamento de Investimento

O orçamento de investimento cifra-se em 99.190.573 euros, sendo suportado por 55.312.821 euros de dotações do Capítulo 50º do Orçamento do Estado, 40.022.752 euros relativos a participações de fundos comunitários e 3.855.000 euros provenientes de receitas próprias. A sua distribuição por programas é a seguinte:



Em anexo é apresentado o detalhe dos referidos investimentos ao nível dos programas, projectos, actividades e fontes de financiamento, decompostos por projectos de âmbito transversal a todo o IPTM e por áreas geográficas, correspondentes às zonas de jurisdição das várias Delegações do Instituto (Portos do Norte, Portos do Centro, Portos do Sul e Navegabilidade do Douro).

De entre os vários investimentos propostos para 2006, serão de destacar os seguintes projectos prioritários, quer pelo seu carácter estratégico para o sector marítimo e portuário, quer pela sua importância capital para a manutenção ou melhoria das condições operacionais e de segurança das infra-estruturas portuárias e de apoio à navegação nas vias navegáveis sob jurisdição deste Instituto:

- Fornecimento e instalação do Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente;
- Implementação, em parceria com a Associação dos Portos de Portugal, dos projectos “PIPE – Procedimentos de Informática Portuária Electrónica” e “PORTMOS” (Integração dos Portos e Sistema Marítimo Português nas Auto-estradas do Mar);



- Apoio ao desenvolvimento da marinha de comércio nacional, nomeadamente através da modernização, realização de investimento estruturante e incentivos à formação de quadros;
- Obras de melhoria das acessibilidades e das condições de segurança na barra do Douro;
- Acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo;
- Melhoria das condições de acesso e abrigo dos portos sob jurisdição do IPTM, com destaque para a reabilitação das obras marítimas, actualmente em precárias condições de conservação, nomeadamente no porto da Figueira da Foz;
- Promoção da navegabilidade nos rios Guadiana e Arade;
- Dragagem do canal de acesso, bacia de manobra e bacia de acostagem do porto de Portimão.



IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

## ANEXO

### ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)

***Quadro A - Resumo do Programa de Investimentos por Áreas Geográficas e Fontes de Financiamento***

***Quadro B - Investimento Transversal a Todo o IPTM, por Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***

***Quadro C - Investimento nos Portos do Norte, por Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***

***Quadro D - Investimento nos Portos do Centro, por Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***

***Quadro E - Investimento nos Portos do Sul, por Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***

***Quadro F - Investimento na Navegabilidade do Rio Douro, por Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro A - Resumo do Programa de Investimentos por Áreas Geográficas e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro B - Investimento Transversal a Todo o IPTM, por  
Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro C - Investimento nos Portos do Norte, por Projectos,  
Actividades e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro D - Investimento nos Portos do Centro, por Projectos,  
Actividades e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro E - Investimento nos Portos do Sul, por Projectos,  
Actividades e Fontes de Financiamento***



**IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

***Quadro F - Investimento na Navegabilidade do Rio Douro, por  
Projectos, Actividades e Fontes de Financiamento***

PIDDAC 2006 do IPTM - Investimento Transversal

Soma de Valor				Font Fin				
Programa	Medida	Projecto	Actividade	Cap. 50 - F. Nac.	O. Fontes - F. Com.	Total global		
P06 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações	M3 - Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos	2599 - Construção e Remodelação de Edifícios	Construção e manutenção de edifícios do IPTM	39.500		39.500		
		2599 - Construção e Remodelação de Edifícios Total		39.500		39.500		
	M3 - Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos Total			39.500		39.500		
	M5 - Melhorar de Forma Relevante a Eficiência e Qualidade dos Serviços	1043 - Instalação e Organização dos Serviços do IPTM	Equipamento para as Brigadas Hidrográficas e Geológicas	50.000		50.000		
				Modernização Administrativa (Equipamento Administrativo)	100.000		100.000	
				Aquisição e Instalação de Ordenador de vez no atendimento do público	10.000		10.000	
				Gestão de documentação dos organismos extintos	15.000		15.000	
	Estudos de Avaliação e Inventariação Patrimonial			150.000		150.000		
	1043 - Instalação e Organização dos Serviços do IPTM Total			325.000		325.000		
	M5 - Melhorar de Forma Relevante a Eficiência e Qualidade dos Serviços Total			325.000		325.000		
P06 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações Total				364.500		364.500		
P24 - Transportes	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	1280 - Sistemas de Informação e Comunicações - VTS	Aquisição de Terrenos para Sites VTS do Continente		72.000	72.000		
			Fiscalização do Sistema VTS do Continente	280.000	417.819	697.819		
			Fornecimento e Instalação do Sistema VTS do Continente	14.600.000	13.487.200	28.087.200		
			Ramais de Energia Eléctrica aos Sites VTS do Continente	120.000	306.288	426.288		
			1280 - Sistemas de Informação e Comunicações - VTS Total			15.000.000	14.283.307	29.283.307
	4684 - PortMos (Integração dos Portos e Sistema Marítimo Português nas Auto-estradas do Mar)	PortMos	100.000		100.000			
			4684 - PortMos (Integração dos Portos e Sistema Marítimo Português nas Auto-estradas do Mar) Total			100.000	100.000	
	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes Total			15.100.000	14.283.307	29.383.307		
	M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante	1279 - Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento Portuário	Estudos e Projectos de Obras em Áreas Portuárias (DPGOP)	1.000.000		1.000.000		
				Protocolo IPTM - LNEC (DPGOP)	150.000		150.000	
			1279 - Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento Portuário Total			1.150.000		1.150.000
			1283 - Formação de Quadros de Terra - Bolsas de Estudo	Formação de Quadros de Terra - Bolsas de Estudo	250.000		250.000	
					1283 - Formação de Quadros de Terra - Bolsas de Estudo Total			250.000
			1284 - Investimento Estruturante na Marinha de Comércio Nacional	Investimento Estruturante na Marinha de Comércio Nacional	3.150.000		3.150.000	
					1284 - Investimento Estruturante na Marinha de Comércio Nacional Total			3.150.000
1281 - Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional			Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional	315.000		315.000		
				1281 - Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional Total			315.000	315.000
3175 - Porto de Aveiro			Protocolo IPTM / INAG / ICN	100.000		100.000		
3175 - Porto de Aveiro Total			100.000		100.000			
1282 - Subsídios ao Embarque de Praticantes da Marinha de Comércio Nacional	Subsídios ao Embarque de Praticantes da Marinha de Comércio Nacional	300.000		300.000				
		1282 - Subsídios ao Embarque de Praticantes da Marinha de Comércio Nacional Total			300.000	300.000		
M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante Total			5.265.000		5.265.000			
P24 - Transportes Total				20.365.000	14.283.307	34.648.307		
P01 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico	M3 - Serviços Públicos Orientados para o Cidadão - AP Moderna e Eficiente	3173 - Sistemas de Informação Electrónica	Hardware, Software e Outros Serviços Informáticos	400.000		400.000		
			Sistema de Gestão Documental	75.000		75.000		
			Sistema Safe Sea Net (SSN)	25.000		25.000		
			Sistema Integrado de Informação Portuária	350.000	150.000	500.000		
			Sistema Integrado de Informação do IPTM (SII)	100.000		100.000		
			PIPE - Procedimentos de Informação Portuária Electrónica	100.000		100.000		
	3173 - Sistemas de Informação Electrónica Total			1.050.000	150.000	1.200.000		
M3 - Serviços Públicos Orientados para o Cidadão - AP Moderna e Eficiente Total			1.050.000	150.000	1.200.000			
P01 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico Total				1.050.000	150.000	1.200.000		
Total global				21.779.500	14.433.307	36.212.807		

PIDDAC 2006 do IPTM - Investimento nos Portos do Norte

Ano		2006						
Soma de Valor					Font Fin			
Programa	Medida	Projecto	Actividade	Serv Resp	Cap. 50 - F. Nac.	O. Fontes - F. Com.	Total global	
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil	M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio	2550 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação	Vila do Conde - Obras nas Zonas nºs 1 e 2 do POE	SC/DN	1.400.000		1.400.000	
			Docas de Recreio do Porto de Viana do Castelo	DN	190.000		190.000	
		2550 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação Total			1.590.000		1.590.000	
	M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio Total				1.590.000		1.590.000	
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil Total					1.590.000		1.590.000	
P23 - Pescas	M4 - Portos de Pesca	2553 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Norte	Vila do Conde - Obras na Zona nº 3 do POE	SC/DN	50.000		50.000	
			Apetrechamentos e Intervenções de Beneficiação e Conservação	DN	900.000		900.000	
			Vila do Conde - Reabilitação do molhe da Sra. da Guia	SC/DN	100.000		100.000	
		2553 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Norte Total			1.050.000		1.050.000	
		0848 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação - V.Praia de Âncora	Requalificação e Arranjo da Zona Ribeirinha de VP de Âncora	SC/DN	150.000		150.000	
	0848 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação - V.Praia de Âncora Total			150.000		150.000		
M4 - Portos de Pesca Total				1.200.000		1.200.000		
P23 - Pescas Total					1.200.000		1.200.000	
P24 - Transportes	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS	Implementação do ISPS Code - Portos do Norte	DN	71.054		71.054	
			4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS Total			71.054		71.054
		M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes Total				71.054		71.054
	M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante	2612 - Porto de Viana do Castelo	Acessos Rodov. Porto Comercial V. Castelo	DN	500.000	790.000		1.290.000
			Apetrechamento e Melhoramento de Infra-Estruturas e Equip. do Porto de V. Castelo	DN	775.000			775.000
			Expansão do Porto Comercial de V. Castelo	DN	76.000	93.000		169.000
			Lancha de Pilotagem - Porto de Viana do Castelo	DN	400.000			400.000
Valimar Digital			DN	90.000	270.000		360.000	
2612 - Porto de Viana do Castelo Total			1.841.000	1.153.000		2.994.000		
M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante Total				1.841.000	1.153.000	2.994.000		
P24 - Transportes Total					1.912.054	1.153.000	3.065.054	
Total global					4.702.054	1.153.000	5.855.054	

Soma de Valor					Font Fin				
Programa	Medida	Projecto	Actividade	Serv Resp	Cap. 50 - F. Nac.	O. Fontes - F. Com.	Total global		
P06 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações	M3 - Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos	2599 - Construção e Remodelação de Edifícios	Edifício Polivalente no Porto Comercial	DC	500.000		500.000		
			Reabilitação de Edifícios e Arranjos Exteriores - Portos da Delegação	DC	100.000		100.000		
		2599 - Construção e Remodelação de Edifícios Total				600.000		600.000	
	M3 - Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos Total					600.000		600.000	
	M5 - Melhorar de Forma Relevante a Eficiência e Qualidade dos Serviços	1043 - Instalação e Organização dos Serviços do IPTM	Modernização Administrativa ( Equipamento Administrativo)	DC	50.000			50.000	
			1043 - Instalação e Organização dos Serviços do IPTM Total				50.000		50.000
M5 - Melhorar de Forma Relevante a Eficiência e Qualidade dos Serviços Total					50.000		50.000		
P06 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações Total							650.000		
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil	M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio	2550 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação	Instalação de Passadiços Flutuantes na Fontela	DC	50.000		50.000		
			Beneficiação de Passadiços do Núcleo de Recreio do Porto de Peniche	DC	50.000		50.000		
		2550 - Pequenos Portos - Intervenções de Beneficiação Total				100.000		100.000	
	M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio Total					100.000		100.000	
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil Total							100.000		
P23 - Pescas	M4 - Portos de Pesca	2554 - Porto da Ericeira	Construção dos Armazéns de Aprestos	SC/DC	50.000		50.000		
			Reabilitação do Molhe Norte do Porto da Ericeira	SC/DC	1.500.000		1.500.000		
			Estabilização das Arribas	SC/DC	300.000		300.000		
		2554 - Porto da Ericeira Total					1.850.000		1.850.000
		2555 - Porto da Figueira da Foz	Obra do Núcleo Piscatório da Gala - Obra Marítima e Aprestos	SC/DC	150.000		150.000		
			Dragagem das Docas Interiores	DC	100.000		100.000		
			Melhoria das Condições de Segurança	DC	100.000		100.000		
		2555 - Porto da Figueira da Foz Total					350.000		350.000
		2556 - Porto da Nazaré	Dragagem do porto de pesca	SC/DC	500.000		500.000		
			Infraest. Portuárias - Área Nascente Norte e Sul	DC	250.000		250.000		
			Reabilitação de Infraestruturas dos Cais	DC	50.000		50.000		
		2556 - Porto da Nazaré Total					800.000		800.000
		0846 - Porto de Peniche	Execução das Obras de Recuperação do Fosso da Muralha de Peniche	SC/DC	50.000		50.000		
			2ª Fase Expansão do porto de Peniche - Infraestruturas Terrestres	SC/DC	1.300.000	600.000	1.900.000		
			Acessibilidade marítima às infraestruturas portuárias da 2ª fase do porto de pesca	SC/DC	900.000	900.000	1.800.000		
	Reabilitação do Molhe Oeste		SC/DC	500.000		500.000			
Beneficiação de Pavimentos	DC		50.000		50.000				
Reequipamento - Meios de Atracação e Acesso	DC		100.000		100.000				
Remoção de Dragados no Porto de Peniche	SC/DC		400.000		400.000				
Reordenamento da Área Envolvente aos Novos Armazéns de Aprestos	DC		150.000		150.000				
0846 - Porto de Peniche Total					3.450.000	1.500.000	4.950.000		
M4 - Portos de Pesca Total					6.450.000	1.500.000	7.950.000		
P23 - Pescas Total							6.450.000		
P24 - Transportes	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS	Implementação do Código ISPS - Figueira da Foz	DC	180.267		180.267		
			4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS Total				180.267	180.267	
	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes Total					180.267		180.267	
	M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante	2327 - Porto da Figueira da Foz	Melhoramento das Condições de Acesso e Abrigo - Molhe Norte	SC/DC	200.000	244.445	444.445		
			Prolongamento do Terminal de Granéis	SC/DC	200.000	140.000	340.000		
			Reabilitação do Molhe Sul e Molhes de Guiamento	SC/DC	2.100.000	1.470.000	3.570.000		
			Dragagem das bacias de manobras e canal de acesso do porto comercial	DC	150.000		150.000		
			Embarcação de Pilotagem - Porto da Figueira da Foz	DC	301.000		301.000		
			Reabilitação de retenções marginais do canal de acesso e bacias de manobras	DC	150.000		150.000		
			Reabilitação do Cais Comercial	DC	150.000		150.000		
Reabilitação Equip. Portuário - Cais Comercial			DC	250.000		250.000			
2327 - Porto da Figueira da Foz Total					3.501.000	1.854.445	5.355.445		
M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante Total					3.501.000	1.854.445	5.355.445		
P24 - Transportes Total							3.681.267		
Total global							10.881.267		
							3.354.445		
							14.235.712		

Ano 2006

Soma de Valor					Font Fin				
Programa	Medida	Projecto	Actividade	Serv Resp	Cap. 50 - F. Nac.	O. Fontes - F. Com.	O. Fontes - F. Nac.	Total global	
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil	M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio	4017 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul	Reabilitação da área Portuária compreendida entre a Doca de Recreio e o Porto de Pesca de VRSA	DS	300.000	900.000		1.200.000	
		4017 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul Total			300.000	900.000		1.200.000	
		0819 - Porto de Olhão	Empreitada de Construção Doca de Recreio	SC/DS	300.000	200.000		500.000	
		0819 - Porto de Olhão Total			300.000	200.000		500.000	
		0845 - Porto de Portimão	Ordenamento e Arranjo da Marginal Ribeirinha	SC/DS	500.000				500.000
			Marginal de Ferragudo - Zona da Angrinha (Obra)	DS		240.000	240.000		480.000
			Colocação de passadeiras e acessos - Praia da Rocha	DS			75.000		75.000
		0845 - Porto de Portimão Total			500.000	240.000	315.000		1.055.000
		2551 - Porto de Faro	Porto de Recreio de Faro	DS			50.000		50.000
		2551 - Porto de Faro Total					50.000		50.000
M3 - Infra-Estruturas Desportivas e de Recreio Total					1.100.000	1.340.000	365.000	2.805.000	
P21 - Desporto, Recreio e Apoio ao Associativismo Juvenil Total					1.100.000	1.340.000	365.000	2.805.000	
P23 - Pescas	M4 - Portos de Pesca	2613 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul	Melhoria das condições de acostagem para embarcações de pesca - V.R.S. António	DS			30.000	30.000	
			Pequeno Porto de Pesca - Cabanas (Obra)	DS	150.000	450.000		600.000	
			Pequeno Porto de Pesca - Fuseta (Obra)	DS	100.000	300.000		400.000	
			Pequeno Porto de Pesca - Stª Luzia (Obra)	DS	150.000	450.000		600.000	
			Requalificação Ambiental Porto de Pesca Olhão (Obra)	DS	500.000	750.000	250.000	1.500.000	
		2613 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul Total			900.000	1.950.000	280.000	3.130.000	
		0849 - Pequenos Portos - Quarteira	Instalações Terrestres no Porto Pesca de Quarteira (Obra)	DS	400.000	1.200.000		1.600.000	
		0849 - Pequenos Portos - Quarteira Total			400.000	1.200.000		1.600.000	
		0847 - Porto de Albufeira	Infra-estruturas Terrestres do Porto de Pesca de Albufeira	DS	250.000	750.000		1.000.000	
		0847 - Porto de Albufeira Total			250.000	750.000		1.000.000	
2557 - Porto de Tavira	Reabilitação do molhe nascente de Tavira	SC/DS	150.000	300.000		450.000			
2557 - Porto de Tavira Total			150.000	300.000		450.000			
M4 - Portos de Pesca Total					1.700.000	4.200.000	280.000	6.180.000	
P23 - Pescas Total					1.700.000	4.200.000	280.000	6.180.000	
P24 - Transportes	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS	Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais	DS	140.000		160.000	300.000	
		4001 - Criação de Condições de Segurança nos Portos Comerciais - Código ISPS Total		140.000		160.000	300.000		
		M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes Total			140.000		160.000	300.000	
	M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante	2560 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul	Colocação de passadiços flutuantes no Porto de Portimão	DS			150.000	150.000	
			Dragagem do canal de acesso, a bacia de manobra e bacia de acostagem do Porto de Portimão	DS	1.100.000		400.000	1.500.000	
		2560 - Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul Total			1.100.000		550.000	1.650.000	
		4113 - Navegabilidade do Rio Guadiana	Valorização da Marginal de Alcoutim (Projecto + Obra)	DS	60.000	180.000		240.000	
			Dragagem, Balizagem e assinalamento Marítimo entre Vila Real de Santo António e o Pomarão	DS	100.000	300.000		400.000	
	4113 - Navegabilidade do Rio Guadiana Total			160.000	480.000		640.000		
	M6 - Apoio ao Desenvolvimento da Frota da Marinha Mercante Total					1.310.000	630.000	550.000	2.490.000
P24 - Transportes Total					1.450.000	630.000	710.000	2.790.000	
Total global					4.250.000	6.170.000	1.355.000	11.775.000	

Soma de Valor				Font Fin			
Programa	Medida	Projecto	Actividade	Cap. 50 - F. Nac.	O. Fontes - F. Com.	O. Fontes - F. Nac.	Total global
P24 - Transportes	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	1430 - Eliminação de Estrangulamentos do Canal de Navegação no Rio Douro	Estudo de impacte ambiental		165.000	135.000	300.000
		1430 - Eliminação de Estrangulamentos do Canal de Navegação no Rio Douro Total			165.000	135.000	300.000
		4002 - Melhoria das Condições Operacionais das Infra-estruturas e da Segurança da Via Navegável do Douro	Alteração do sistema de balizagem do canal de navegação	75.000		75.000	150.000
			Construção de pequenos cais fluviais e fluvinas	300.000		300.000	600.000
			Construção do cais fluvial da Rede - projecto			108.500	108.500
			Construção do cais fluvial de Arnelas - Arranjo urbanístico	265.000		75.000	340.000
			Construção do cais fluvial de Bagaúste			100.000	100.000
			Construção do cais fluvial de Caldas de Arêgos - posto adicional de acostagem	517.500	632.500		1.150.000
			Construção do cais fluvial de Entre-os-Rios	660.000	840.000		1.500.000
			Construção do cais fluvial de Midões	115.000		185.000	300.000
			Construção do cais fluvial de porto Carvoeiro	292.500	357.500		650.000
			Construção do cais fluvial de rio Torto			67.500	67.500
			Construção do cais fluvial de Vale Abraão	292.500	357.500		650.000
			Criação de um posto adicional de acostagem em Barca d'Alva	112.500	137.500		250.000
			Desassoreamento do canal de navegação	150.000		350.000	500.000
			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	50.000		50.000	100.000
			Instalação de equipamentos e serviços de apoio aos utentes da Via	300.000		300.000	600.000
			Reparação/conservação de cais e fluvinas	75.000		75.000	150.000
			Requalificação do cais fluvial do Castelo	630.000	770.000		1.400.000
			Sistema de medição de cotas e caudais	50.000		50.000	100.000
			Sistema teledouro	50.000		50.000	100.000
			Trabalhos especializados (protocolo com a CPPE, topografias, hidrografias ...)	600.000			600.000
			Construção do pólo turístico fluvial do Freixo - 2ª Fase	175.000		125.000	300.000
			Arranjos na foz do Távora	160.000			160.000
			Erradicação de dissonâncias ambientais	30.000	1.452.000	454.000	1.936.000
			Sistema de comunicações	100.000			100.000
		4002 - Melhoria das Condições Operacionais das Infra-estruturas e da Segurança da Via Navegável do Douro Total		5.000.000	4.547.000	2.365.000	11.912.000
		1438 - Obras de Melhoria das Acessibilidades e das Condições de Segurança da Barra do Rio Douro	Construção dos Molhes e Dragagens na Barra do Douro	8.700.000	10.200.000		18.900.000
		1438 - Obras de Melhoria das Acessibilidades e das Condições de Segurança da Barra do Rio Douro Total		8.700.000	10.200.000		18.900.000
	M5 - Segurança, Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes Total			13.700.000	14.912.000	2.500.000	31.112.000
P24 - Transportes Total				13.700.000	14.912.000	2.500.000	31.112.000
Total global				13.700.000	14.912.000	2.500.000	31.112.000